

Simpósio conclui que 90% do PDU de Vitória têm consenso

A123008



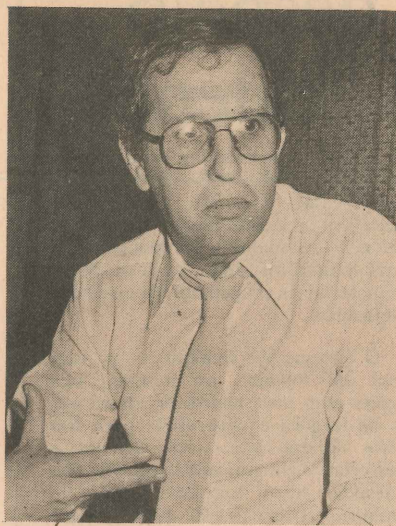
Noventa por cento das propostas do Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória já são consensuais, mas há necessidade urgente de algumas alterações na questão relativa a tombamentos de imóveis, definição do conselho municipal do plano e em outros itens. Estas foram as principais conclusões do simpósio, realizado ontem para discutir o PDU, promovido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sindicon).

Um dos convidados para o encontro foi o arquiteto Moacir Moogen Marques, assessor da Secretaria Municipal de Planejamento de Porto Alegre, que considerou a cidade de Vitória ainda em condições de absorver uma política de planejamento urbano, já que "não foi tão depredada, como poderia ter sido, pela falta de um PDU". O município, segundo ele, não vai exigir grandes investimentos públicos e prejuízos sociais para corrigir seus problemas urbanos.

Entretanto, advertiu que, caso o PDU demore a ser colocado em vigor, o planejamento urbano ficará prejudicado no futuro, exigindo intervenções violentas e onerosas ao poder público, além de não conseguir reverter o processo de desfiguração da paisagem existente. Considerou saudável o atraso que o plano está sofrendo para sua aprovação, uma vez que, conforme entende, isso propiciará maiores discussões e o aprimoramento do PDU, o qual "não pode ser hermético".

CONSELHO MUNICIPAL

A composição do Conselho Municipal do PDU foi uma das questões mais discutidas durante o simpósio, que se realizou no auditório do Vitória Palace Hotel, com a participação de diversas entidades relacionadas com os problemas urbanos da cidade. O presidente do Sindicon, João Luiz Tovar, defendeu a integração do sindicato ao conselho, sob a alegação de se tratar de uma entidade interessada no planejamento urbano do município.



Moacir: "Ainda há tempo"

Em oposição aos argumentos de João Luiz Tovar, o secretário de Planejamento da Prefeitura de Vitória, José Fernando Destefani, disse que a inclusão do Sindicon no Conselho Municipal do PDU implicaria também na participação de várias outras entidades sindicais, o que acabaria por prejudicar a filosofia do conselho.

A esse respeito, o assessor da Secretaria Municipal de Planejamento de Porto Alegre, Moacir Moogen Marques, evitando assumir posição que gerasse polêmica, disse que naquela cidade o conselho é aberto a representantes de associações de moradores e entidades de classe ligadas à preservação do meio ambiente (como IAB, Sociedade dos Engenheiros, Secretaria da Saúde e Serviço Municipal de Água e Esgotos), e não a organizações sindicais, as quais têm o espaço de reivindicações garantido através da câmara de Vereadores.

O presidente do Sindicon, João Tovar, considerou uma necessidade urgente a definição do número de membros do Conselho Municipal do PDU, bem como dos organismos que dele farão parte. Em sua opinião, o conselho não deverá ter autonomia absoluta para decidir sobre toda e qualquer questão do PDU, mas deverá funcionar como órgão de assessoria do prefeito e sujeito ao parecer da Câmara de Vereadores, toda vez que tiver que deci-

dir sobre questões polêmicas, como as que tratam do direito de propriedade privada.

Segundo o presidente do Sindicon, o simpósio sobre o PDU concluiu que a Prefeitura de Vitória deve reativar, com urgência, a comissão mista que analisou e elaborou a segunda elaboração do plano, a qual se encontra em estudos no Instituto Jones dos Santos Neves. A comissão a que fez referência teve a participação da seccional capixaba do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-ES), prefeitura, Instituto Jones dos Santos Neves e outros órgãos.

João Luiz Tovar disse que a comissão mista deverá analisar todas as partes do PDU, discutidas ontem no simpósio, inclusive considerando as exposições feitas pelos dois convidados da cidade de Porto Alegre, visando efetuar adaptações "que já se fazem necessárias, tendo em vista que já se passaram três anos desde a elaboração do texto original do PDU".

A comissão mista, segundo João Luiz Tovar, deverá apresentar todas as adaptações a serem realizadas no PDU dentro de um prazo definido e não muito longo, e, assim que os trabalhos forem concluídos, que o documento seja encaminhado à Câmara de Vereadores, para aprovação da lei.

Na opinião do presidente do Sindicon, o projeto de lei sobre o uso do solo urbano enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Figueiredo "não se choca com o PDU. Porém, o projeto diminui a autonomia municipal, uma vez que passará a prevalecer a política a ser dirigida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), à qual o PDU terá que ser adaptado".

O simpósio sugeriu ainda a inclusão no PDU de obras de interesse social para famílias de baixa renda, concluiu que as propostas sobre tombamentos de imóveis devem ser reexaminadas, definindo-se a competência do Conselho Municipal do PDU em tais casos, bem como a fixação de zonas especiais.

SIMPÓSIO conclui que 90% do PDU de Vitória têm
consenso. A Gazeta, Vitória, 21 maio 1983.
p.5. 1.ed. e. 1, 2 e 3.